

Contextualizando Proeja e EPT: educação integral e seus desafios

Rosana Machado de Jezus¹, Andréa Poletto Sonza^{2*}
*Orientadora

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
Campus Porto Alegre. Porto Alegre, RS, Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
Campus Bento Gonçalves. Bento Gonçalves, RS, Brasil.

Resumo. Artigo produzido a partir do desenvolvimento de uma pesquisa vinculado Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do IFRS, intitulada “Um olhar psicopedagógico sobre as dificuldades de aprendizagem na EJA para a formação continuada de professores”. Este texto apresenta uma revisão bibliográfica sobre um dos aspectos da pesquisa, o qual é o contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), considerando o recorrente desafio da educação integral na realidade das instituições que desenvolvem esse programa, principalmente, o IFRS, Campus Porto Alegre, onde está sendo aplicada esta pesquisa com o Ensino Médio Integrado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A finalidade dessa pesquisa é analisar os desafios para a construção e aplicabilidade de uma educação integral e humanizadora, compreendendo os processos de ensino e aprendizagem, considerando as particularidades que compõe os perfis dos discentes e docentes nessa realidade. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e utiliza como procedimento a revisão bibliográfica e o estudo de caso; e tem a realização de entrevistas com seis docentes e doze discentes do Proeja como principal técnica investigativa. Dá-se, assim, voz aos sujeitos que compõe o contexto da sala de aula nessa modalidade, possibilitando uma melhor compreensão das dificuldades encontradas e o aperfeiçoamento das práticas de ensino, a fim de contrastar teoria e prática, para repensar as práticas educativas que levam à concretização dessa integração e, conseqüentemente, a aprendizagens significativas dos sujeitos aprendentes. A integração entre prática docente e teoria proporcionará a base para a construção do produto educacional, considerando o pertencimento desta pesquisa à área de Ensino e os preceitos de um Mestrado Profissional, que será uma formação continuada de professores, na modalidade a distância, com a proposta de refletir sobre as possibilidades e estratégias de ensino para estudantes com dificuldades de aprendizagem no PROEJA, contribuindo, portanto, para a prática docente nesse contexto educacional.

Palavras-chave: Proeja. EPT. Educação integral.

Abstract. Article produced from the development of a linked research Master's Degree in Professional and Technological Education, IFRS, entitled "A psycho-pedagogical view on the learning difficulties in the EJA for the continuing education of teachers". This text presents a bibliographic review on one of the aspects of the research, which is the context of Professional and Technological Education (EPT) in

PROEJA (National Program of Integration of Professional Education with Basic Education in the Mode of Education of Young and Adults), considering the recurrent challenge of integral education in the reality of the institutions that develop this program, mainly the IFRS, Campus Porto Alegre, where this research is being applied with Integrated High School in the modality of Youth and Adult Education. The purpose of this research is to analyze the challenges for the construction and applicability of a integral and humanized education, understanding the teaching and learning processes, considering the particularities that make up the profiles of students and teachers in this reality. The research presents a qualitative approach and uses as a procedure the bibliographic review and the case study; and has interviews with six teachers and twelve Proeja students as the main investigative technique. Thus, a voice is given to the subjects that compose the context of the classroom in this modality, allowing a better understanding of the difficulties encountered and the improvement of teaching practices, in order to contrast theory and practice, to rethink the educational practices that lead to the concretization of this integration and, consequently, the meaningful learning of the learning subjects. The integration between teaching practice and theory will provide the basis for the construction of the educational product, considering the relevance of this research to the Teaching area and the precepts of a Professional Master, which will be a continuous training of teachers, in the distance modality, with the proposal to reflect on the possibilities and strategies of teaching for students with learning difficulties in PROEJA, contributing, therefore, to the teaching practice in this educational context.

Keywords: Proeja. EPT. Integral education.

Introdução

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), a partir do desenvolvimento de um projeto de pesquisa intitulado “UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EJA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES”, vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do IFRS. Para isso, foi revisado o histórico dessa modalidade de ensino e a sua integração com a formação profissional e tecnológica. Visando-se, assim, analisar os desafios para a construção e aplicabilidade de uma educação integral e humanizada, compreender os processos de ensino e aprendizagem, considerando as particularidades que compõem os perfis dos discentes e docentes nessa realidade. Com isso, pretende-se possibilitar uma formação continuada adequada e específica aos docentes desse programa.

Materiais e Métodos

Esta pesquisa, de modo geral, é de abordagem qualitativa, partindo de hipóteses sobre as problemáticas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem no contexto do Proeja, apresentando-se, neste artigo, especificamente o aspecto dos desafios da Educação Integral na EPT. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como bibliográfica e estudo de caso, pois, a partir do referencial teórico, busca compreender as práticas educativas no Ensino Médio Integrado na modalidade Educação de Jovens e Adultos, no IFRS, Campus Porto Alegre. Em relação à revisão bibliográfica, foram considerados documentos legais que validam e normatizam a EJA e o PROEJA; autores que abordam os aspectos históricos e os desafios dessa modalidade da Educação Básica; as bases conceituais da EPT e suas implicações. Como principal técnica investigativa estão sendo realizadas entrevistas, contando como público-alvo seis docentes e doze discentes.

Resultados Parciais

No âmbito da revisão bibliográfica, foi encontrada uma grande produção sobre a educação de jovens e adultos e também sobre as especificidades do Proeja, sempre apontando para a relevância dessa formação devido ao aspecto da integralidade com a EPT. Contudo observaram-se poucas pesquisas aplicadas e que consideravam os discentes para essa análise das práticas educativas no Proeja, reforçando a importância desta investigação que pretende dar voz aos educandos sobre os processos de ensino e aprendizagem nessa modalidade. Além disso, em relação às entrevistas já realizadas, as dificuldades em aplicar a educação integral no contexto do Proeja foi recorrente entre todos os participantes até o momento.

Discussão

No Brasil, educação voltada para jovens e adultos teve, inicialmente, um caráter mais assistencialista, com o objetivo de atender, muitas vezes de maneira superficial, a população pobre e analfabeta, fomentando-se campanhas de alfabetização. Nesse contexto entre as décadas de 1930 e 1940, surge o ensino

supletivo organizado por Pascal Leme, sendo que em 1934, com a criação de um Plano Nacional de Educação, era indicada pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, ofertando-se, portanto, ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos.

Contudo os avanços nessa modalidade são observados a partir das décadas de 1950 e 1960, criando-se uma concepção sobre EJA fundamentada nas ideias da educação libertadora e popular de Paulo Freire, dando início aos principais programas de alfabetização e educação popular naquela época. Eram articulados por intelectuais, estudantes e católicos engajados a ações populares. Atuaram educadores do Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Apresentava uma proposta baseada no diálogo e que considerava as características socioculturais das classes populares, incentivando a sua atuação na sociedade.

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização foram substituídos pelo Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que era controlado pelo governo da época. Segundo Silva e Urbanetz (2010, p.67), a metodologia aplicada pelo Mobral “apresentava poucas semelhanças com a metodologia desenvolvida nos movimentos de educação popular na medida em que todo o conteúdo crítico e problematizador das propostas anteriores foram esvaziados”.

O Mobral foi substituído, em 1985, pela Fundação Educar que passou a apoiar financeiramente e tecnicamente os programas de EJA vinculados às Prefeituras Municipais, ao Estado ou às associações da sociedade civil.

A LDB 9394 de 1996, atualmente, reconhece a EJA como uma modalidade da educação básica, que apresenta um Currículo próprio, retomando o pensamento de Paulo Freire.

A EJA brasileira, durante décadas, apresentou iniciativas focadas na alfabetização e em um processo de descontinuidade, falta de investimentos e iniciativas de políticas públicas, não favorecendo ao aluno da classe trabalhadora à conclusão da educação básica de forma integral, ou seja, vinculada a EPT.

Segundo Moura (2007), a educação brasileira apresenta, historicamente, um quadro de dualidade entre o ensino propedêutico¹ e o ensino instrumental, este de caráter, originalmente, assistencialista, preparando os filhos da classe operária para o trabalho manual, enquanto aquele formava para o trabalho intelectual, direcionando a elite e seus dirigentes. Esse dualismo estrutural estabelece-se, no Brasil, por meio da oferta de escolas na Educação Básica (principalmente, na formação secundária, hoje, Ensino Médio) de formação profissional, focadas em conteúdos tecnicistas/instrumentais; e outras escolas de formação acadêmica, voltadas aos conteúdos básicos e teóricos, preparando para o ingresso no ensino superior. Essas distintas escolas eram destinadas ao atendimento de estudantes de diferentes origens socioeconômicas, constituindo-se, assim, uma educação elitista e excludente (CIAVATTA, 2005).

A desconstrução dessa estrutura dual é um desafio até hoje para a educação profissional e tecnológica, pois algumas características são persistentes, heranças de uma sociedade escravista e de grande desigualdade social, impedindo, assim, um avanço educacional no aspecto da integralidade na EPT. Grabowski (2006) reforça essa assertiva, ao afirmar que: se persistirmos na dualidade histórica, ensino profissional para quem vive do trabalho e ensino propedêutico (acadêmico, clássico) para dirigentes, além de antiético e injusto, não desenvolveremos uma nação soberana e autodeterminada, com igualdade de condições e oportunidades para todos (GRABOWSKI, 2006, p.6). Conforme Ramos (2008), a luta para que essa situação mude precisa ser travada coletivamente, ou seja, deve envolver todos os sujeitos atuantes no processo educativo, atingindo diferentes esferas sociais. Além disso, é preciso reconstruir a visão sobre a relação educação e trabalho.

Nesse contexto histórico, percebe-se que a formação profissional, para as classes populares, era desenvolvida de maneira paralela e desvinculada a formação básica para jovens e adultos que não a haviam concluído em idade certa. Essa formação profissional oferecida apresentava um caráter assistencialista e mercadológico, a fim de suprir as necessidades de mão de obra, desenvolvendo-se, assim, uma formação tecnicista, instrumental e meramente profissionalizante. Por

¹ Ensino propedêutico é o método que serve de introdução; que prepara ou habilita para servir ensino mais completo. (DICIONÁRIO InFORMAL, 2018, p. 1). Ensino propedêutico é o ensino acadêmico clássico (GRABOWSKI, 2006).

isso, encontra-se, atualmente, o desafio da integralidade da educação e do fortalecimento de políticas públicas para uma formação plena do aluno adulto. O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Moll, 2007, p.10) destaca que:

Entretanto, a cada dia aumenta a demanda social por políticas públicas perenes nessa esfera. Tais políticas devem pautar o desenvolvimento de ações baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem estabelecido e que respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar.

O Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) em sua constituição está ligado, diretamente, à Educação Profissional e Tecnológica em sua proposta pedagógica, seu histórico e prática. Todavia, nessa mesma característica estrutural e fundamental, também se encontra um dos grandes desafios do Proeja: a integração de saberes básicos aos conhecimentos específicos da formação profissional e tecnológica.

O público da EJA é representado por sujeitos que, em seu histórico de vida, foram impedidos, por questões pessoais ou não, de exercer o direito à educação, ainda enquanto crianças e/ou adolescentes. Tiveram, portanto, limitações que impossibilitaram a sua permanência no contexto da educação formal. Para, especificamente, esse público, foram estabelecidas três metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024, de acordo com a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), sobre a escolarização de jovens e adultos, visando: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, buscando-se, assim, o mínimo de 12 anos de estudos e trazendo igualdade na escolaridade, independente, da condição socioeconômica e identidade racial dos sujeitos; elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, erradicando o analfabetismo absoluto e minimizando em 50% a taxa de analfabetismo funcional²; e, por último, ofertar 25%, no mínimo, das matrículas de EJA (Ensinos Fundamental e Médio) na forma integrada à Educação Profissional e Tecnológica.

² A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define o analfabetismo funcional quando o sujeito não consegue participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária, aspecto importante para a atuação social (UNESCO 2014, p.23).

Este último aspecto, na meta anterior, vem ao encontro da proposta do PROEJA, pois o mesmo foi originário no Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 (BRASIL, 2005), chamado, inicialmente, de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Foi ampliado e passou por adequações em seu projeto pedagógico por meio do Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), passando a denominar-se “Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos”, contemplando atualmente os seguintes formatos: Educação profissional técnica integrada ao Ensino Médio; Educação profissional técnica concomitante ao Ensino Médio; Qualificação Profissional, incluindo a Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Fundamental; Qualificação Profissional, incluindo a Formação Inicial e Continuada concomitante ao Ensino Fundamental; Qualificação Profissional, incluindo a Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Médio; Qualificação Profissional, incluindo a Formação Inicial e Continuada concomitante ao Ensino Médio. Seu projeto pedagógico tem por fundamento a integração entre o trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo, cultura geral, contribuindo para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições essenciais para o efetivo exercício da cidadania.

Junto às metas para a Educação de Jovens e Adultos o PNE (2014 – 2024) é apresentada a meta “Aprendizado adequado na idade certa”, que almeja estimular a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, pensando na melhoria da aprendizagem e redução da evasão escolar. Isso contribui para que reduza o número de alunos mais jovens migrando do Ensino Regular para a EJA.

Nos últimos anos, observou-se que o público da EJA está cada vez mais jovem, pois muitos evadiram do Ensino Regular ao apresentarem algum fracasso escolar, muitas vezes, ainda no Ensino Fundamental, associado a outros fatores, como o ingresso precoce no mercado de trabalho para a subsistência familiar, geralmente, em subempregos que não englobam um processo de formação integral do sujeito.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei 9.394 (BRASIL, 1996), aprovada pelo Congresso em fins de 1996, contribui para essa mudança da faixa etária do público da EJA, pois estabeleceu o rebaixamento das idades mínimas para que os candidatos se submetam aos exames supletivos, fixadas em 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Além disso, apesar da ampliação da oferta do ensino

público para a Educação Básica, encontra-se um quadro excludente, como apresenta Di Pierro e Haddad (2000, p.19):

A ampliação da oferta escolar não foi acompanhada de uma melhoria das condições do ensino, de modo que, hoje, temos mais escolas, mas sua qualidade é muito ruim. A má qualidade do ensino combina-se à situação de pobreza extrema em que vive uma parcela importante da população para produzir um contingente numeroso de crianças e adolescentes que passam pela escola sem lograr aprendizagens significativas e que, submetidas a experiências penosas de fracasso e repetência escolar, acabam por abandonar os estudos. Temos agora um novo tipo de exclusão educacional: antes as crianças não podiam freqüentar a escola por ausência de vagas, hoje ingressam na escola, mas não aprendem e dela são excluídas antes de concluir os estudos com êxito.

São futuros jovens e adultos com diversas defasagens em seu processo de educação, com aprendizagens insuficientes para gerar a autonomia no uso de conhecimentos básicos, de acordo com demandas do mundo do trabalho e de convívio social. Essa situação aumenta os índices de analfabetismo funcional e traz um desafio à EJA, que receberá esses alunos e precisará ressignificar o processo de escolarização.

Com isso, o processo de exclusão em uma sociedade capitalista afasta o jovem da escola em idade regular, e este acaba retornando, mais tarde, mas ainda na juventude, pois vive um contexto de desemprego estrutural e não encontra melhores condições de trabalho, encontrando, portanto, na escolarização a possibilidade de ascensão socioeconômica.

As demandas da economia globalizada provocaram a necessidade de investimentos das instituições privadas (empresas) em qualificação profissional, reforçando a lógica mercantil nos investimentos educacionais, visando, exclusivamente, à capacitação de capital humano para determinadas atividades laborais. Com esse tipo de formação são atendidos aspectos pontuais do mercado de trabalho, em uma perspectiva instrumental e produtivista, contrapondo-se à proposta de uma escola unitária que requer uma formação humana integral, como observam Shiroma e Filho (2011, p. 731):

Os excertos evidenciam o interesse crescente destes organismos multilaterais pela educação profissional dos jovens e adultos, com intenção de adaptá-los às demandas do mercado, sem, contudo, aumentar os gastos públicos. Em contraposição a essa perspectiva instrumental da educação, interessada, produtivista, que toma o mercado como instrumento regulador da sociabilidade humana, outra

perspectiva vem sendo construída em defesa de uma escola unitária, voltada aos interesses da classe trabalhadora.

No I Encontro Nacional da Eja da Rede Federal, que ocorreu em maio deste ano, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, destacou-se a necessidade de investimentos para acesso, permanência e êxito dos alunos na Educação de Jovens e Adultos. Além disso, também foi reforçada a importância da nomenclatura EJA/EPT (Educação de Jovens e Adultos / Educação Profissional e Tecnológica) no lugar de PROEJA, ainda utilizada, em virtude da representação de uma política pública e não um programa governamental.

O público dessa modalidade apresenta essa exclusão da educação básica regular, causada por diferentes fatores como, por exemplo: dificuldades de aprendizagem que levam a sequências de reprovações; ingresso precoce no mercado de trabalho em atividades que não favorecem a continuidade dos estudos; e estigma de aluno-problema, gerando desmotivação em relação ao ambiente escolar. São sujeitos carregados de conhecimentos prévios, com uma riqueza de diversidades e com particularidades no seu processo de aprendizagem. Por isso, o educando deve sempre ser pensado em sua totalidade, conforme destaca Moll (2007, p.13):

Pensar a perenidade dessa política pressupõe assumir a condição humanizadora da educação, que por isso mesmo não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida, nos termos da Declaração de Hamburgo de 1997 (In: IRELAND, MACHADO, PAIVA, 2004). Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele.

Essa formação na vida e para a vida representa muito mais do que um ensino propedêutico, marcante no Ensino Regular tradicional, ou de uma formação exclusivamente tecnicista, às vezes, ainda presente na formação profissional, contudo se caracteriza por uma formação integral de sujeitos autônomos, críticos e atuantes em seu contexto social.

O PROEJA tem essa perspectiva educativa, sendo uma formação profissional ampla integrada à formação básica, não restringindo apenas às funções laborais e técnicas diretamente, possibilitando a construção interdisciplinar dos saberes, o

acesso à diversidade cultural, a fim de promover uma formação plena de sujeitos que serão capazes de refletir sobre as questões sociais e suas produções.

Entre alguns aspectos, Ciavatta (2005) destaca que, para a formação integrada e humanizadora, é preciso romper com a ideia de simples preparação para o mercado de trabalho, tendo como perspectiva um projeto social que pense as capacidades humanas em suas amplitudes, relacionando-as ao mundo do trabalho como um todo, não apenas aos aspectos mercadológicos. Também destaca que o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa; por isso a importância da escola reconhecer a sua identidade e resgatar a sua memória, construindo um adequado projeto político-pedagógico (PPP), incluindo a formação integrada de seus educandos.

Além disso, é necessária a garantia de investimentos na educação para a ampliação da oferta de vagas, melhorias nos recursos tecnológicos e de infraestrutura, fomento de políticas de permanência dos discentes, assim como, incentivos para a formação continuada dos docentes, visando uma universalização com qualidade.

Uma das principais características dos Institutos Federais (IF's) é a verticalização, que propõe a otimização da infraestrutura, recursos e quadro de pessoal. Por isso a formação no PROEJA também deve proporcionar ao aluno a ampliação da sua perspectiva em relação à continuidade da sua formação em outros níveis acadêmicos, reforçando suas potencialidades e destacando as possibilidades de aperfeiçoamento disponíveis dentro ou fora da instituição. Em alguns IF's, além da formação profissional técnica em determinada área ofertada no PROEJA, há também a oferta de outros cursos de nível superior (graduação e pós-graduação) na mesma área de conhecimento, a fim de estimular a continuidade dos estudos desses educandos.

Na implantação do PROEJA, conforme relatórios disponíveis de 2006 a 2011 no Portal do MEC, realizaram-se ações como: financiamento para a abertura de cursos do PROEJA ofertados nas redes federal e estadual; elaboração de documentos base da política; oferta de cursos de formação continuada para profissionais da educação e de cursos de pós-graduação stricto sensu; inserção contributiva para melhorar o processo educativo e minimizar a evasão escolar; incremento de recursos da assistência estudantil da Rede Federal para o atendimento de jovens e adultos matriculados no PROEJA e fomento à oferta de curso PROEJA

FIC Fundamental, junto aos municípios, contando com a articulação de processos de certificação profissional.

Portanto, para que uma formação integral de qualidade ocorra nesse contexto, é fundamental a desconstrução da dualidade estrutural, buscando-se uma concepção de escola unitária e um ensino integrado, fortalecendo os vínculos entre EPT e Educação Básica, pois o contexto social exige um profissional reflexivo, crítico, que transforma a sua realidade por meio de uma educação emancipatória, a qual compreende o trabalho como princípio educativo.

Considerações finais

O Proeja traz em sua proposta pedagógica e estrutural a ideia de integralidade entre EPT e Educação Básica, e isso é essencial para a formação plena do cidadão e sua atuação profissional. Os alunos dessa modalidade de ensino são sujeitos ativos no mundo do trabalho, portanto uma Educação Básica desvinculada aos saberes profissionais e tecnológicos é algo superficial e desestimulante ao aluno trabalhador, principalmente àqueles oriundos de classes mais pobres que veem o retorno à educação formal como uma possibilidade de ascensão socioeconômica. Contudo é preciso articular os diferentes saberes envolvidos nessa formação, a fim de que ocorra, efetivamente, a integralidade esperada. Para isso é necessário romper com a dualidade estrutural e a concepção de educação "profissionalizante", meramente preparatória para o mercado de trabalho e suas demandas. Todavia, deve-se constituir como uma formação para a autonomia e criticidade do sujeito educando, o qual exercerá papel ativo no contexto do mundo do trabalho. Por isso vai desde a construção adequada do PPP de um curso, até as práticas desenvolvidas em sala de aula, aliadas às reflexões individuais e coletivas sobre a ação docente e os processos de aprendizagem dos alunos, considerando-se seus saberes prévios. Além disso, almejando uma universalização com qualidade, destaca-se a importância do investimento em políticas públicas que visem à integralidade da educação, para a ampliação de oferta de vagas; melhoria nos recursos tecnológicos; articulação de estratégias para a permanência dos discentes; e formação continuada e específica aos docentes.

Referências

BRASIL, Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: jun/18.

_____. Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. **Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.** Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, jun. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5478-24-junho-2005-537577-publicacaooriginal-30068-pe.html>>. Acesso em: jul/18.

_____. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: jul/18.

_____. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Portal da Legislação, Brasília, jun.2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: jul/18.

_____, Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Portal da Legislação, Brasília, jun.2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: jul/18.

CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** Trabalho Necessário, v.3, n.3, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: jul/2018.

DI PIERRO, M. C. ; HADDAD, Sérgio . **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação , São Paulo, n.14, p. 108-130, 2000.

GRABOWSKI, Gabriel. **Proposta Pedagógica - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional in Boletim 07 Maio/Junho de 2006.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf>. Acesso em: ago/18.

MOLL, Jaqueline (Coord.), **Proeja - Programa nacional de integração da educação profissional com A educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos: Educação profissional técnica de nível médio / ensino médio - documento**

base. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em jul/18.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.** Holos, Natal, v. 2, n. 23. 2007. Disponível em <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em jul/18.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino médio integrado** - versão ampliada da exposição "Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional" Seminário sobre Ensino Médio. Superintendência de Ensino Médio, Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte - RN, agosto de 2007. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf>. Acesso em: ago/18.

SILVA, M; URBANETZ, S. **O Estágio no curso de Pedagogia- Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da prática docente.** Curitiba: IBPEX, 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no PROEJA.** *Educ. Soc.* [online]. 2011, vol.32, n.116, pp.725-743. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000300007>>. Acesso em: jul/18.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **2º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos - Repensando a alfabetização.** Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002307/230725por.pdf>>. Acesso em: ago/18.

VIEIRA, Maria Cristina. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil.** Brasília: Universidade de Brasília, 2004.